

DISCURSO, SOCIEDADE E COGNIÇÃO: UMA ANÁLISE DE EDITORIAIS

Liana de Andrade Biar (BOLSISTA FAPERJ / UERJ)

RESUMO: Tomando como premissas fundamentais tanto a correlação entre o aspecto lingüístico-discursivo e as estruturas sócio-políticas de poder, assim como a noção de categorias lingüísticas como instrumentos de interação e conceptualização do mundo, este trabalho conjuga o Paradigma Sociognitivista e a Análise Crítica do Discurso, na tentativa de explicitar as manipulações ideológicas do discurso jornalístico a partir de deslocamentos de sintagmas adverbiais em editoriais, via abertura de espaços mentais. Observou-se, no *corpus* selecionado, que as opiniões se configuram a partir de uma combinação entre o implícito e o explícito no discurso, e os sintagmas adverbiais são escolhas lingüísticas estratégicas nas manipulações ideológicas do editorial, desvelando as complexas relações entre linguagem, sociedade e cognição, sob um olhar que atenta para o uso do discurso como ação.

Assim é que esta história será feita de palavras que se agrupam em frases e destas se evola um sentido secreto que ultrapassa palavras e frases. É claro que, como todo escritor, tenho a tentação de usar termos suculentos: conheço adjetivos esplendorosos, carnudos substantivos e verbos tão esguios que atravessam agudos o ar em vias de ação, já que palavra é ação, concordais?

Clarice Lispector. *A hora da estrela*.

1) Introdução

Os editoriais jornalísticos constituem um gênero de importância social, na medida em que, atingindo o alcance dos jornais

diários, discutem os principais assuntos reportados, funcionando como veículo de formação de opinião. O seu caráter persuasivo e marcadamente ideológico é identificável pelo senso comum, mas muito resta a saber a respeito de como as manipulações ideológicas se instauram e se sustentam a partir de recursos lingüísticos.

Discurso, sociedade e cognição: uma análise de editoriais é um trabalho inserido no âmbito da Análise do Discurso, que pretende explicitar as manifestações ideológicas presentes no gênero editorial. Para concretização deste objetivo, optou-se por uma mesclagem teórica envolvendo tanto a Análise Crítica do Discurso, quanto a Hipótese Sociognitivistica, já que, para os propósitos acima mencionados, estas revelaram-se complementares, especialmente porque a hipótese central, de que escolhas lingüísticas podem ser conceptualmente e ideologicamente motivadas, depreende-se destas teorias. Devido à necessidade de recorte na análise, trabalhou-se especificamente na identificação dos sintagmas adverbiais como introdutores de Espaços Mentais, espaços estes onde crenças, ideologias e opiniões se projetam no texto, formando complexas redes de significações.

O trabalho inicia-se, então, com uma primeira parte na qual as premissas e teorias fundamentais são explicitadas, bem como a relação entre as abordagens. Na segunda parte, consta a análise propriamente dita dos editoriais selecionados, após considerações sobre esse gênero e sobre as opções metodológicas. Já na Conclusão, tecemos considerações finais sobre a análise.

A relevância do tipo de abordagem proposta aqui está em dois aspectos. Primeiramente, este trabalho trata do tema segundo uma abordagem teórica híbrida. Além disso, o trabalho constitui interesse geral, na medida em que os discursos produzidos por uma sociedade são parte integrante de sua história, e quanto mais instrumentos houver para seu entendimento, mais preparadas estarão as pessoas para assumir posturas críticas diante dos contextos nos quais estes discursos são produzidos.

2) A Análise Crítica do Discurso

Algumas teorias contemporâneas dedicam-se ao estudo da língua como um fenômeno ideológico. Em relação à análise do discurso, destacam-se as correntes franco-suíças e anglo-americanas como as mais significativas. Neste trabalho, fez-se a opção pela segunda, com o propósito de demonstrar como a sintaxe, um fenômeno gramatical, interno à língua, constitui pista para a formação e o desvelamento de categorias ideológicas no texto.

Segundo Fairclough (2001), a linha teórica da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) tem como premissa básica o envolvimento da linguagem nas relações sociais de poder, dominação e ideologia. Verifica-se, então, que fenômenos tais quais a reprodução do preconceito, a legitimação do poder, dominação de grupos são realizados no uso do discurso, tanto institucional quanto cotidiano (Kress, 1991: 84).

A origem teórica deste tipo de abordagem encontra-se nos trabalhos de *Marx*, para quem dominação e exploração são mantidas cultural e ideologicamente; *Gramsci* para quem a hegemonia de classe é sustentada ideologicamente pelo senso-comum; *Althusser*, com trabalhos sobre as relações entre práticas sociais e ideológicas; *Escola de Frankfurt*, com estudos sobre os efeitos da cultura na vida social; *Foucault*, que introduz o discurso como sistemas de conhecimento que veiculam bases que constituem poder; e *Bakhtin*, com a teoria de que todo uso lingüístico é ideológico, a ênfase na propriedade dialógica dos textos e na teoria dos gêneros observáveis nas culturas (apud Fairclough, 2002).

O método da ACD envolve teoria e descrição lingüística, e tem como objetivo esclarecer os aspectos sócio-culturais do texto. Representa a dimensão crítica que falta às teorias descritivas, pois mostra a correlação entre o aspecto lingüístico-discursivo e as estruturas sócio-políticas de poder, é, portanto, uma abordagem tridimensional, que prevê a organização da prática social, da prática discursiva e do texto.

O discurso se atualiza na produção de sentidos entre os participantes da situação comunicativa, os quais estão sob a ação de forças históricas, sociais, e ideológicas, que orientam suas escolhas dentro do sistema lingüístico de que se servem – tenham eles consciência disso ou não (Cunha, 2004: 41-46).

O método da ACD consiste não apenas na identificação do problema social subjacente ao texto, mas na sua localização em nível discursivo. Nesta fase, investiga-se a linguagem, elementos como a escolha de palavras, de ordem, de gênero, de sistemas semióticos. Este tipo de análise é importante, pois as escolhas lingüísticas projetam os aspectos sócio-culturais, são pistas para revelá-los, por isso a forma não pode ser ignorada.

Este método prevê ainda um terceiro estágio, no qual verifica-se em que medida os aspectos semióticos detectados (que apontam o problema) constituem parte inerente da ordem social constituída; i.e., detecta-se quais as ideologias subjacentes à forma lingüística. Os estágios subseqüentes de análise se dedicam a desvendar os meios de superar os “obstáculos” e as reflexões sobre os temas suscitados.

A principal vantagem deste método crítico está na possibilidade de aplicação direta dos resultados. É possível conhecer, por exemplo, as formas de texto mais poderosas nas relações entre grupos, as formas gramaticais mais características que identificam certos tipos de texto, os propósitos implícitos dos discurso, entre outras coisas (Kress, 1991: 93-94).

3) A Hipótese Sociocognitivista

O Sociocognitivismo aparece, de um lado, como crítica ao Positivismo e ao Estruturalismo, especialmente em relação a certas características inerentes a estas correntes, tais quais a desconstrução do sujeito, o foco de análise no significante, e o tratamento do significado em termos de relação das formas com a realidade que elas designam. De outro lado, há também o

contraponto com o cognitivismo chomskiano, que defende a autonomia do sujeito em relação à linguagem, derrubando a ponte entre o sentido e a dimensão social.

As tentativas de explorar o fenômeno da significação tornaram inviáveis tanto a exclusão do sujeito do sistema, quanto a exclusão do contexto sócio-cultural do sujeito, assim como a visão da capacidade lingüística como uma entidade cognitiva independente das outras – característica depreendida da teoria de Chomsky (Salomão, 1999: 8-11).

Esta necessidade de articular *sujeito, língua, aspectos sócio-culturais e cognição* deu origem a uma abordagem lingüística interdisciplinar, que abarca aspectos cognitivos e sócio-culturais. A lingüística sociocognitiva, então, ressalta o papel da experiência e da percepção na construção do conhecimento, recusando a autonomia da linguagem e entendendo as categorias lingüísticas como reflexos de nossa interação com o mundo, assim como instrumentos usados para conceptualizá-lo (Saliés, 2002: 11).

A hipótese central, gerada a partir de tais princípios, postula a linguagem como operadora da conceptualização socialmente localizada, através da atuação de um sujeito cognitivo, que produz significados como construções mentais a serem sancionadas no fluxo interativo. (Salomão, 1999: 12).

Como premissas básicas da Hipótese Sociocognitivista, ainda segundo Margarida Salomão (1999), temos a *escassez da forma lingüística* e o *dinamismo da determinação contextual*. A escassez da forma lingüística diz respeito à propriedade de o significante assumir múltiplos sentidos de acordo com a situação em que aparece, sem que isso corresponda a qualquer tipo de sutileza estrutural contida na forma. A partir dessa premissa, a ênfase dos estudos semânticos desloca-se para a armação cognitiva obtida a partir das enunciações, que determinam o significado: projeções metafóricas e metonímicas, enquadramentos, desdobramentos em planos discursivos, conexões entre espaços mentais, esquemas cognitivos e modelos culturais (Salomão, 1997: 26). Segundo

Saliés (2002), a construção do sentido é um processo dinâmico que se dá pela conjunção situada de fatos lingüísticos, pragmáticos, cognitivos, perceptuais e retóricos, refletindo categorias que estão presentes na mente humana.

A determinação contextual refere-se à importância do contexto na explicação do fenômeno lingüístico. Contexto é um modo de ação, constituído socialmente, sustentado interativamente e temporalmente delimitado (Goodwin e Duranti, 1992: 6 apud Salomão, 1999), por isso dinâmico, assim como a construção conceptual. Segundo Gumperz (1992, 1996 apud Salomão, 1999), é uma “dimensão ativada temporal e sequenciadamente, restringindo o trabalho de interpretação por via do gerenciamento da interação ou por via da negociação do sentido”. Para Salomão (1999), linguagens são as instruções verbais que constituem configurações cognitivas, enquanto contextos são as outras instituições semiológicas variavelmente focadas que podem corresponder a suposições integráveis ao senso comum ou a informações específicas no pano de fundo da interação. Descrições de expressão gestual, bem como outros elementos paralingüísticos (tipos de semiose) também constituem contexto e contribuem para o estudo da interação. O contexto situacional, para Chiavegatto (2002: 171), funciona como uma moldura que restringe as possibilidades interpretantes dos signos lingüísticos que se processam em uma dada situação comunicativa.

Por hora, pode-se concluir que o discurso é nossa maneira de inserção sócio-histórica na produção de sentido, a cognição é nossa maneira de atuar significativamente, e, finalmente, a gramática é a maneira de atuar regradamente nesse contexto (Marcushi, 2002).

4) O elo entre a ACD e a Hipótese Sociocognitivista

Neste item, trataremos da opção teórica de unir estas duas vertentes, comumente trabalhadas em separado (vide Cunha, 2004

e Sommer, 2004). Esta união, porém, já está de certa forma presente nos trabalhos de van Dijk, especialmente o descrito a seguir.

Van Dijk (1995 apud Cunha, 2004) realiza uma análise crítico-ideológica de editoriais fundamentando-se nas relações entre Discurso e representações mentais socialmente construídas. Para o autor, Discurso, Sociedade e Cognição são conceitos que se pressupõem, e as teorias do Discurso devem dar conta das relações de dependência existentes entre eles. De acordo com essa premissa, van Dijk define as ideologias como representações mentais, de função social e expressão discursiva, e opiniões como manifestações discursivas das crenças que apresentam uma dimensão avaliativa (de normas e valores), sendo esta avaliação eminentemente ideológica. Isso quer dizer que os sistemas lingüísticos espelham a forma pela qual uma sociedade enxerga o mundo e interage com ele, aí incluído suas crenças e valores.

Neste trabalho, também se busca dar conta desta rede de dependências de que fala van Dijk, pois, aqui, utiliza-se o conceito de Ideologia tal qual formulado pelo autor, e, aliado a isso, entende-se que a expressão desta no texto presume processamentos e projeções de natureza sócio-cognitiva, como a introdução de Espaços Mentais. A Teoria dos Espaços Mentais está resumidamente descrita a seguir.

5) A Teoria dos Espaços Mentais

A Teoria dos Espaços Mentais de Fauconnier nos fornecerá subsídios para a análise das representações ideológicas presentes nos editoriais a exemplo do que fez Sommer (2004) ao mostrar que as orações substantivas constituem espaços mescla onde opiniões são tratadas como fatos. Os Espaços Mentais são arquivos de trabalho que abrimos na mente. Funcionam como base de organização de conhecimentos localizados no desenvolvimento da representação do pensamento em linguagem e sustentam-se interativamente, somente dentro desta finalidade (Chiavegatto,

2002: 204). Para os espaços Mentais é que são importadas as informações arquivadas em domínios conceptuais mais estáveis e, lá são localmente reprocessadas antes de serem projetadas em enunciados lingüísticos.

Estas informações arquivadas se propagam entre os diferentes espaços gerados a partir de um Espaço-Base, sendo Espaço-Base o lugar onde se encontram informações, por exemplo, sobre como o falante vê a situação comunicativa, o conteúdo do que vai ser dito, para quem vai ser dito, etc. Deste Espaço-Base emergem outros espaços, onde estão nossas opiniões, crenças, dúvidas, projeções de tempo, imaginações, como se vê representado na Figura 1:

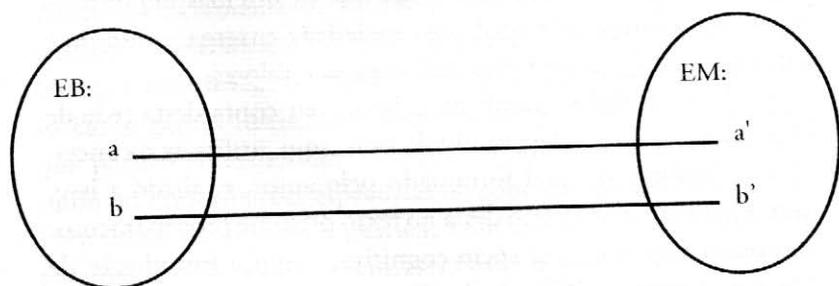


Figura 1: Espaços Mentais

Espaços Mentais são, portanto, domínios epistêmicos de organização do pensamento em linguagem, instaurados para gerenciarmos os processos de inferenciação. Eles existem em função de nossa necessidade de individualizar diferenças de tempo, espaços, crenças, discursos, modos comunicativos (Chiavegatto, 2002: 205).

O papel da Gramática, segundo Salomão, é, além de atuar como dispositivo sócio-cognitivo que delimita as liberdades de interpretação, servir como instrumento de acesso às estruturas de conhecimento e ser responsável por fluxos de produção e comunicação de conhecimento (Salomão, 1999: 42). Formas lingüísticas de diferentes naturezas orientam a abertura e construção dos

Espaços Mentais em nossa mente (*space builders* ou introdutores de espaço), uma delas são os sintagmas adverbiais, ou adjuntos adverbiais, que constituem o tema da próxima seção.

6) Os sintagmas adverbiais com introdutores de Espaços Mentais

De acordo com Bechara (1999: 287), adjuntos adverbiais são sintagmas de expressão modificadora, referindo-se geralmente ao verbo, que denotam circunstâncias de lugar, tempo, modo, intensidade e condição.

Uma das funções dos sintagmas adverbiais é introduzir espaços mentais, por exemplo:

Segundo o autor Na década de noventa Decididamente		o país estava crescendo.
--	--	--------------------------

A hipótese básica da análise empreendida a seguir é que, a partir de sintagmas adverbiais, espaços mentais são introduzidos, constituindo elementos que conduzem a compreensão das informações que estão sendo processadas, especialmente os processos de inferência. Nestes espaços são acionadas as diversas ideologias, crenças e conhecimentos que estão sendo expressados na linguagem, como nos mostrou Sommer (2004). Nosso estudo diferencia-se do dela ao optarmos por conjugar a ACD e a Teoria dos Espaços Mentais.

7) O gênero editorial

Editoriais são um gênero de discurso midiático, de comunicação de massa, pertencente à classe dos discursos de opinião.

É esperado, então, que editoriais contenham opiniões sobre eventos recentes noticiados. Essas opiniões, porém, são geralmente institucionais, ou seja, não são pessoais, refletindo a visão de mundo do jornal, enquanto instituição, ou de grupos sociais ligados a ele. Por isso, e também por serem altamente interativos e persuasivos, de muita importância social, os editoriais de maneira geral constituem um rico banco de dados para uma análise ideológica, como a proposta neste trabalho.

O *corpus* da pesquisa, então, é composto por editoriais publicados no mês de novembro de 2004, por jornais de grande circulação, entre eles *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*. Fez-se a opção por não restringir a análise a um jornal específico, para não caracterizar as escolhas demonstradas aqui como específicas de um estilo particular. Por razões relativas ao tempo de pesquisa, o *corpus* de análise é limitado, restringindo-se a apenas um editorial por semana, durante quatro semanas. Os jornais foram escolhidos por sua representatividade na sociedade brasileira, fato verificável a partir de seus índices de popularidade e venda. A escolha também foi motivada pelo fato de estes jornais se dirigirem a classes mais privilegiadas financeira e “culturalmente”, o que exige que as manipulações da informação se dêem de forma mais “velada”, menos apelativa.

8) Metodologia de análise

Baseamo-nos em Sommer (2004: 71) e partimos da Moldura Comunicativa dos Editoriais. Em seguida, codificamos no *corpus* a presença dos sintagmas adverbiais e os descrevemos como introdutores de EMs. Após a explicitação dos Espaços Mentais introduzidos, analisamos as representações ideológicas de cada um dos editoriais como um todo. Apesar desta análise ter o foco nos introdutores de Espaços Mentais, todo o texto deve ser considerado, pois o assunto geral, o seqüenciamento das informações, a organização retórica e as funções pragmáticas constituem pista sobre o discurso.

É necessário frisar que a análise aqui apresentada possui limitações por duas razões: primeiro porque todas as escolhas lexicais, sintáticas, morfológicas teriam que ser observadas para a formulação de conclusões precisas sobre a ideologia do texto. Em segundo lugar, o processo de construção de sentido é complexo e sua explicitação deveria envolver não só a noção de Espaços Mentais, mas outros recursos cognitivos, como os Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs).

9) Análise

No fragmento 1, o sintagma adverbial [Entre outras conquistas], um termo adjunto, pode ser considerado um introdutor de Espaço Mental, pois, a partir dele, um processo de inferenciação é conduzido; uma projeção de opinião é realizada. Esta projeção pode ser representada pela Figura 2:

Fragmento 1:

(1) Ao aprovar as mudanças na estrutura e funcionamento do Poder Judiciário, o país deu um primeiro grande passo no sentido da modernização da magistratura. Entre outras conquistas, surge no corpo da reforma o Conselho Nacional de Justiça, ampla janela aberta ao oxigênio e à luz da transparência sobre um dos três poderes da República. (editorial Reforma substantiva, publicado no JB, 20/11/04)

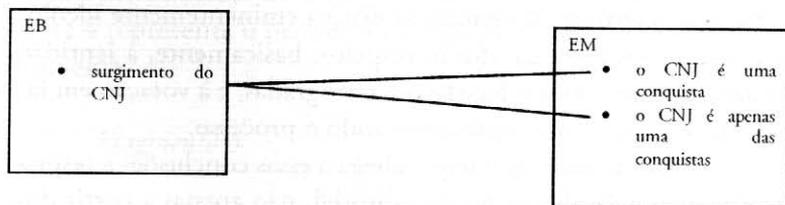


Figura 2: O introdutor “entre outras conquistas”

No Fragmento 2, o adjunto adverbial selecionado é [com os remendos de leis extravagantes], introdutor de Espaço Mental na medida em que projeta opiniões sobre o fato narrado. Este espaço está representado na Figura 3.

(2) Os juízes não inventam as leis processuais. O já envelhecido Código de Processo Civil de 1969, com os remendos de leis extravagantes, já não atende mais à realidade do país. (idem)

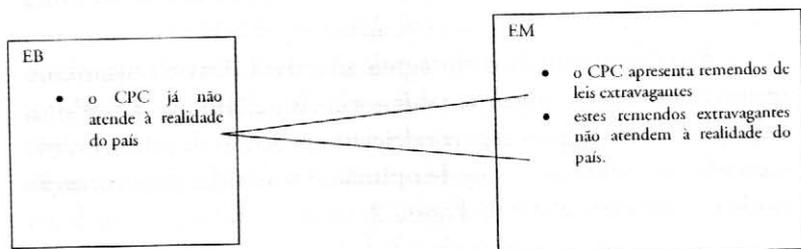


Figura 3: O introdutor “com os remendos de leis extravagantes”

Este editorial, *Reforma substantiva*, trata das reformas na estrutura e funcionamento do poder judiciário, as já realizadas e as reivindicadas pelo jornal. O posicionamento do enunciador é favorável às reformas, o que culmina no clamor final à vontade política por parte do Congresso, mas muitas críticas são feitas aos procedimentos judiciários que levam o terceiro poder a uma “crise de funcionalidade”.

De acordo com este resumo do texto, então, podemos notar que as opiniões (dimensão avaliativa eminentemente ideológica) contidas no texto dizem respeito, basicamente, à lentidão judiciária, imposta por legislações retrógradas, e à votação em favor das reformas, que agilizariam todo o processo.

O leitor, ainda que leigo, chega a essas conclusões a respeito da orientação discursiva do editorial, não apenas a partir dos marcadores explícitos de opinião (como *eu acho, acredita-se, sou*

favorável,...), mas por jogos sintáticos e semânticos que dão mais credibilidade ao texto, travestindo-o de “verdade” partilhada como já sinalizado por Sommer (2004).

Um destes “jogos” é o uso dos sintagmas adverbiais, os já explicitados introdutórios de Espaços Mentais. No primeiro exemplo mostrado, o deslocamento do termo adjunto para a posição inicial da oração [entre outras conquistas] cria um pano de fundo a partir do qual os fatos se projetarão: a primeira informação, aquela que se torna perceptualmente mais saliente, é que [muitas reformas foram realizadas e estas reformas são positivas], são “conquistas”. Este último aspecto, que sem dúvida se trata de uma opinião, está travestido de fato, inquestionável, já que seu autor protege sua face atrás de um movimento retórico que torna esta opinião consensual (cf. Sommer, 2004).

Um movimento parecido acontece no segundo exemplo: a qualidade “extravagantes”, atribuída aos remendos do Código são uma opinião, mas, posta em sintagma adverbial deslocado, ganha ares de conhecimento partilhado pelo autor e pelo leitor. Outra opinião, dissimulada no texto pelo uso e pela posição do sintagma adverbial (note-se que este se encontra antes da informação verbal) é a de que o Código não atende à realidade do país por conter remendos extravagantes. Estes movimentos podem ser enxergados na representação da projeção de Espaços Mentais.

No Fragmento 3, acham-se dois sintagmas adverbiais destacados [Diante da perspectiva de poder] e [Neste mundo cada vez mais interdependente], os quais serão representados, como introdutórios de Espaço Mentais, separadamente. A Figura 4 representa o primeiro e a Figura 5, o segundo, respectivamente.

Fragmento 3:

(3) Apesar do longo percurso na oposição de esquerda, em que até pouco tempo desfraldava bandeiras das décadas de

60 e 70, o comando do partido, diante da perspectiva de poder, soube perceber que há princípios de política econômica, neste mundo cada vez mais interdependente, que não podem ser contaminados pela ideologia. (editorial O futuro em jogo, publicado em O Globo, em 10/11/04)

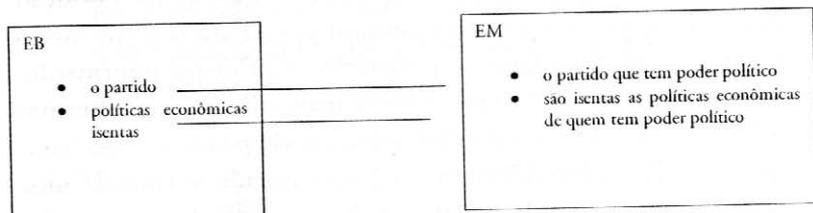


Figura 4: O introdutor de EM [diante da perspectiva de poder]

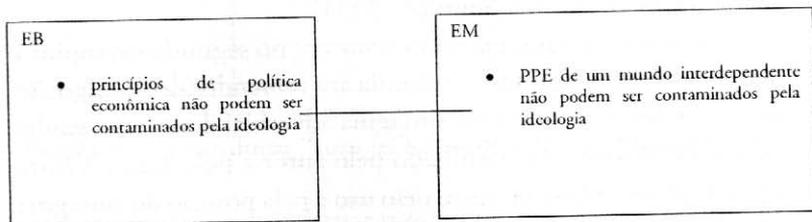


Figura 5: O introdutor de EM [neste mundo cada vez mais interdependente]

Estes sintagmas atuam como introdutores de Espaços Mentais, pois, como foi visto, são elementos que conduzem à compreensão das informações que estão sendo processadas, especialmente os processos de inferenciação. Novamente, teceremos comentários sobre as manipulações ideológicas realizadas a partir do uso destes introdutores.

O futuro em jogo faz uma crítica ao PT. Após um breve comentário sobre um suposto “bom senso” por parte do partido em relação às suas ações políticas no início do mandato presidencial, o artigo alerta para o perigo de atitudes “dirigistas e autoritárias”, como, segundo este, as propostas do Conselho Federal de Jornalismo ou a Agência Nacional do Cinema e Audiovisual, acon-

selhando que as atenções do governo estejam voltadas para tarefas realmente “concretas e viáveis”.

Uma análise crítica deste texto se baseará no pressuposto de que as escolhas lingüísticas são motivadas, dentre outras coisas, por orientações ideológicas. Tanto o uso do sintagma adverbial quanto o seu deslocamento da posição mais usual (no fim da oração) para a posição intercalada são escolhas baseadas na orientação do editorial.

Por exemplo, o deslocamento do sintagma [diante da perspectiva de poder] para o meio da oração, no primeiro exemplo, revela que, como já foi dito, uma política econômica isenta é característica, não do PT (pois a referência a este é anterior ao sintagma adverbial), mas de quem tem a perspectiva do poder. Esta informação, porém, está implícita, protegendo a face do enunciador, que não está explicitamente emitindo uma opinião. O implícito, então, fica livre de questionamentos. É vantajoso, pois, colocar o sintagma adverbial antes da informação verbal, pois, com isso, como visto no editorial anterior, cria-se um “pano de fundo”, consensual, a partir do qual a oração será descrita.

Esta “impressão” de consenso é essencial para a manipulação da informação, até porque implica em uma participação ativa do leitor na interação com o texto. O leitor é levado a partilhar desta opinião, como se fosse sua, e construir ativamente a identidade do sujeito comentado. O leitor tem, por inferência, respondidas as questões: O que se espera do PT? O que se espera do partido que está no poder?

O mesmo pode ser observado em relação ao segundo sintagma adverbial [neste mundo cada vez mais interdependente] e sua posição na oração. Este revela, também implicitamente, porque uma política econômica não pode ser “contaminada” por “ideologia”. Então, a informação que vem primeiro [mundo interdependente] fica perceptualmente mais saliente (cf. Saliés, 2002), servindo de pano de fundo para a compreensão do explícito [princípios de política econômica não podem ser contaminados por ideologias]. O porquê desta afirmativa é teoricamente uma opinião, mas está implícita, o que faz com que um valor

ideológico apareça “travestido” de conhecimento partilhado, como parte do saber de mundo do leitor (cf. Sommer, 2004).

10) Conclusão

Conclui-se, com base nos dados apresentados, que os efeitos de sentido, e nesse caso particular as opiniões, não são constituídos apenas pelos marcadores textuais explícitos, como os modalizadores, mas da combinação entre o implícito e o explícito no texto. Este implícito se deixa entrever a partir da sintaxe, instrumento e pista para a constituição das identidades ideológicas no texto.

O uso dos sintagmas adverbiais, então, mais que uma questão de estilo, são escolhas lingüísticas socialmente e conceptualmente motivadas. Motivadas por ideologias que orientam opiniões, subjacentes ao texto, e por processos cognitivos de organização e processamento idéias.

Neste sentido, pode-se afirmar que a escolha pelo uso e pela posição dos sintagmas adverbiais no texto não é a única, mas uma importante estratégia de manipulação das opiniões dos editoriais, pois se cria um pano de fundo consensual e inquestionável a partir do qual um fato será descrito em primeiro plano. Percebe-se tal estratégia na maioria dos exemplos analisados, nos quais os elementos projetados nos Espaços Mentais são opiniões “travestidas de verdades compartilhadas”, postas em posição perceptualmente mais saliente, no intuito do enunciador de “guiar” a orientação do leitor, tal como aconteceu com as orações substantivas objeto de análise de Sommer (2004).

Buscou-se, portanto, neste trabalho, realizar uma análise que demonstrasse como se dá a construção do sentido em usos socialmente situados, e o que mecanismos de ordem cognitiva, como os Espaços Mentais, revelam sobre tal processo no caso dos sintagmas adverbiais.

Acredita-se ser este tipo de abordagem fundamental para revelar as relações entre superfície lingüística e a dimensão sócio-política no qual os editoriais se inserem, o que contribui para todos os contextos

cotidianos ou de sala de aula, nos quais leitores / ouvintes poderão apurar o senso crítico e interagir de forma consciente com o discurso.

11) Referências

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CHIAVEGATTO, V. C. Gramática: uma perspectiva sóciocognitiva. In: _____. (Org). *Pistas e Travessias II: bases para o estudo da gramática, cognição e da interação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CUNHA, L.D. *O gerúndio como expressão da modalidade em português*. 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. The discourse of a new labor: critical discourse analysis. In: WETHERELL, M. et alii. (org.). *Discourse as a data: A guide for analysis*. London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage Publication in association with the Open University, 2002.

KRESS, G. Critical discourse analysis. *Annual review of applied linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MARCUSHI, L. Discurso, cognição e gramática nos processos de textualização. In: ENCONTRO NACIONAL EM LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL: DISCURSO E GRAMÁTICA, VI, 2002, Brasília. Sessão Plenária. Brasília: UNB, 2002.

O FUTURO EM JOGO. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 10 nov. 2004.

REFORMA SUBSTANTIVA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 20 nov. 2004.

SALIÉS, T. Discurso e gramática: Estudos sobre estrutura, função, contexto, cultura e cognição em contextos profissionais. Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-graduação em Letras, na área de concentração em estudos de Linguagem da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SALOMÃO, M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas: Revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 1, p. 9-21, 1997.

_____. O processo cognitivo de mesclagem na análise lingüística do discurso. Texto arcabouço do projeto de pesquisa CNPq do grupo de pesquisa *Gramática e Cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

SOMMER, L. *Além da ponta do iceberg: o papel das orações subordinadas substantivas na projeção de verdades e opiniões no discurso editorial: uma proposta funcional cognitiva*. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TENTAÇÃO PERIGOSA. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 27 nov. 2004.

TRANSIÇÃO RESPONSÁVEL. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 03 nov. 2004.

VAN DIJK, T. Opinions and ideologies in editorials. In: *4th International Conference of Critical Discourse Analysis: Language, Social Life and Critical Thought*. Atenas, de 14 a 16 de Dezembro, 1995. Segunda versão: Março, 1996.